

VIVÊNCIAS “MESTIÇAS” E ADMINISTRAÇÃO COLONIAL NOS SERTÕES DA CAPITANIA DO RIO GRANDE: O CASO DA FAMÍLIA SOARES DE OLIVEIRA (SÉCULOS XVIII-XIX)¹

Helder Alexandre Medeiros de Macedo²

Maiara Silva Araújo³

Artigo recebido em: 05/09/2016

Artigo aceito em: 02/11/2016

Resumo:

O presente artigo, por meio do estudo de caso da Família Soares de Oliveira, pretende examinar a inserção de “mestiços” na administração colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso do século XVIII. Nesse sentido, compreendemos que a presença de “mestiços” nos meandros da burocracia colonial do espaço em questão, bem como solicitando terras à Coroa, é um indicativo de que, apesar das hierarquias sociais do cenário colonial, essa população se inseriu na dinâmica econômica e social da época e participou da construção do espaço em que viveu por meio dos

¹ Esse estudo é produto das discussões e pesquisas realizadas na Iniciação Científica, onde atuei como bolsista no projeto *Populações mestiças no Seridó: demografia e relações familiares (séculos XVIII e XIX)*, no decorrer de 2013 a 2015, sob coordenação do professor Helder Macedo.

² Doutor em História – UFPE. Professor do Departamento de História (DHC), Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Grupo de Pesquisa História, cultura e poder (DHC-CERES-UFRN). E-mail: heldermacedox@gmail.com. Currículo <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4702620U7>. Lattes:

³ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: maiarasa@yahoo.com.br. Currículo <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4098447P3>. Lattes:

mecanismos oficiais que foram importados para o Ultramar no intento de ocidentalizá-lo, como o instituto de sesmarias.

Palavras-chave: “Mestiços”; Administração colonial; Estudo de caso.

Abstract:

This article, through the case study of Soares de Oliveira family, intends to examine the inclusion of mixed race in the colonial administration of the hinterlands of the Captaincy of Rio Grande, in the course of the eighteenth century. In this sense, we understand that the presence of “mestizos” in the intricacies of the colonial bureaucracy of the space in question and requesting land the Crown, is an indication that, despite the social hierarchies of the colonial scenario, this population is inserted in the economic and social dynamics time and participated in the construction of the space in which he lived through official mechanisms that have been imported into overseas in an attempt to westernized it, as the institute of land grants.

Keywords: “Mestizos”; Colonial Administration; Case study.

* * *

Introdução

No Brasil, as discussões sobre a temática mestiçagem e os seus significados não são recentes. Nesse sentido, nos deparamos com as mesmas, ainda, no século XIX, quando Von Martius, em 1840, afirmou que a escrita de uma história nacional deveria partir das singularidades do Brasil, ou seja, do fato do mesmo ser um país “mestiço” (apud REIS, 2003). Contudo, Martius não aceitou a proposta do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), de escrever uma “História Geral do Brasil” e a sua ideia de uma história nacional partindo do cruzamento ocorrido entre negros,

nativos e europeus foi retomado apenas na década de 30 do século seguinte por Gilberto Freyre.

Freyre (1933), no clássico *Casa Grande e Senzala* inovou ao positivar as mestiçagens. Conforme o mesmo, a colonização portuguesa havia sido um sucesso e as mestiçagens materializavam essa vitória portuguesa nos seus empreendimentos coloniais. O autor citado foi ousado e inovador ao mesmo tempo, porque até o mesmo publicar *Casa Grande e Senzala* as mestiçagens haviam sido tratadas de modo estereotipado, em decorrência das teorias raciais que chegaram ao Brasil em fins do século XIX. Nesse sentido, conforme Schwarcz⁴ (1993), o Brasil, em fins do século XIX e início do XX,

Era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém, em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco. (SCHWARCZ, 1993, p.16).

Além de serem tratadas de forma estereotipada, as mestiçagens e os sujeitos “mestiços” foram, também, invisibilizados nas produções historiográficas do IHGB. Conforme Salgado (1988), as produções do IHGB, fundamentadas em uma concepção de História engendrada no século XIX, centrada nos “grandes acontecimentos” e nos “grandes homens”, definiram o Brasil como um espaço com formação social assentada, apenas, nos valores da cultura europeia e do homem “branco”. Essa assertiva ganha visibilidade e consistência quando nos remetemos às obras publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

⁴ Lilia Moritz Schwarcz (1933) analisou como no contexto de consolidação das Faculdades de Direito e dos Institutos Históricos no Brasil as teorias raciológicas, importadas da Europa, foram bem aceitas e propagadas nas produções científicas de fins do século XIX e início do XX. Nesse cenário, conforme a autora, o atraso econômico e social do Brasil era atribuído ao fato do mesmo ser mestiço. Nesse sentido, existia a crença, impulsionada pelas teorias raciais, de que a sociedade brasileira passaria por um processo de transição de uma cultura mestiça para uma cultura branca (SCHWARCZ, 1993). Desse modo, é nesse contexto delineado pelas ideias de um branqueamento do “ser brasileiro” que a obra de Freyre (1933) ganha tanta visibilidade ao positivar a mestiçagem e acalantar os corações de uma elite mestiça.

(IHGRN) acerca do período colonial dos sertões⁵ da Capitania do Rio Grande. Nesse sentido, constatamos que os trabalhos publicados até a década de 80 do século XX, por membros do IHGRN ou adeptos da concepção de história produzida por essa instituição, como os estudos de Medeiros (1940; 1954), Dantas (1962), Santa Rosa (1974) e os de Medeiros Filho (1981; 1983) deixaram abertas lacunas no que concerne ao estudo das populações “mestiças” e de outros grupos sociais que constituíram os sertões coloniais da Capitania do Rio Grande.

Esses autores colocaram os brancos – assim denominados nos documentos de época – no topo da pirâmide social dos sertões. Na análise dos mesmos, as genealogias dignas de monta eram as de lusitanos ou de seus descendentes que possuíam cabedal e que ocuparam cargos administrativos na Ribeira do Seridó. No que refere às demais populações, os índios tiveram o seu fim decretado pela “Guerra dos Bárbaros”, ocorrida entre 1683-1725: “O povoamento da região começou no fim do século XVII, quando da guerra dos bárbaros [...], o homem civilizado exterminou os selvagens que habitavam as margens do rio Açu [...]” (MEDEIROS, 1954, p.15). As populações africanas⁶ e seus descendentes foram citados, praticamente, apenas como escravos. O autor citado, ao analisar inventários de famílias brancas que possuíam cabedal no contexto colonial citou africanos e seus descendentes somente como bens inventariados no item “Dos escravos”. Quanto à população “mestiça”⁷, para o espaço

⁵ Para fins da análise deste artigo, os sertões da Capitania do Rio Grande, grosso modo, correspondem, atualmente, à região do Seridó, interior do Estado do Rio Grande do Norte.

⁶ Fazemos uso do termo “africano” para nos referirmos aos povos vindos de África. Entretanto, é importante salientar que o termo “africano” não se trata da maneira mais prudente para lidar com esses povos, uma vez que generaliza a diversidade dos grupos étnicos que vieram para a América. Sobre esse problema da generalização do termo “africano”, ver Faria (2004, p. 30).

⁷ Partindo das problematizações de Paiva (2012), definimos como “mestiços” indivíduos que no contexto da colonização da América foram engendrados por meio das dinâmicas de mestiçagens biológicas e culturais. Nesse sentido, o termo refere-se a pessoas que foram qualificadas como sendo resultados do intercuro biológico e cultural ocorrido entre grupos sociais distintos e que ao nascerem foram definidas nos registros do Estado, da Justiça e da Igreja como sendo pardos, mulatos, curibocas, mamelucos e, dentre outros, cabras. Nesse sentido, é evidente que o termo “mestiço” não é homogêneo e que o mesmo aglutina pessoas de diferentes qualidades e condições. Portanto, ao longo desse texto faremos uso do mesmo entre aspas para enfatizarmos o seu caráter heterógeno e a

em análise, o silêncio e processo de invisibilização foi mais amplo, uma vez que não nos deparamos com as mesmas nessa historiografia citada.

Sendo assim, é evidente que nas publicações do IHGRN os “mestiços”, nativos ou africanos não eram vistos enquanto agentes históricos que estavam inseridos na dinâmica econômica e social da época. Contudo, se sairmos dessa perspectiva histórica micro, onde nos remetemos, especificamente, à Capitania do Rio Grande e às publicações feitas sobre a mesma pelo IHGRN e retornarmos a uma análise de caráter macro, constataremos que os institutos históricos espalhados pelas diferentes regiões do Brasil estavam apenas seguindo a concepção de história disseminada, em 1950, pela sede do IHGB no Rio de Janeiro. Nesse contexto, Varnhagen, com a recusa de Martius, ficou responsável por escrever a “História Geral do Brasil” e em sua escrita, conforme Reis (2003) se mostrou contrário à escravidão por considerá-la a causa da mestiçagem e por compreender o negro como um mal para formação “racial” do Brasil. Assim, invisibilizou a presença africana na história do Brasil, negou o intercuro cultural e biológico ocorrido entre negros, nativos e portugueses e enxergou o europeu e sua cultura como responsáveis pela formação social e territorial do Brasil⁸.

Nesse sentido, compreendemos que apenas em fins do século XX e início do século XXI temos a emergência de uma historiografia que busca entender os sujeitos “mestiços”, bem como, africanos e nativos, e os enxergam como agentes históricos

complexidade do mesmo. Entretanto, sempre que as fontes apresentarem as tipologias que foram utilizadas no cenário colonial para se referirem a essa população faremos uso das mesmas.

⁸ Se retornarmos a Freyre (1933), constataremos, também, que apesar do mesmo ter sido inovador na escolha de suas fontes e em seu referencial teórico, o que o permitiu que compreendesse os negros e indígenas como sujeitos que portavam importantes práticas culturais, assim como o europeu e positivasse a mestiçagem, perceberemos que esse foi, ao mesmo tempo, conservador. Freyre (2003), em sua obra, sobrepôs o lusitano ao nativo e ao africano. Para o mesmo, a mestiçagem só ocorreu porque o português, por já ser “mestiço”, era aberto ao outro, à alteridade. Freyre (1933) ao escrever em um momento que as elites brasileiras estavam em crise eliminou as tensões sociais ocorridas no cenário colonial e exaltou as ações dos colonizadores. Segundo o mesmo, a mestiçagem havia sido um processo harmonioso, onde escravos simplesmente se uniram cultural e biologicamente ao português, sem tentar romper com a ordem escravista da época, sem resistir àqueles que os colocavam em uma posição inferior na “pirâmide social” da época.

do cenário colonial em que viveram. É evidente que essa nova abordagem da temática das mestiçagens é produto das mudanças epistemológicas ocorridas na História nas últimas décadas do século XX, devido à expansão e disseminação da História Cultural (PESAVENTO, 2012). O seu diálogo com as ideias da História Social, também, foram essenciais para uma revisão historiográfica acerca do papel atribuído aos demais grupos sociais do período colonial. Nesse sentido, consideramos significativas as problematizações de Barros (2009) acerca do diálogo entre os diferentes campos historiográficos, onde os mesmos se imbricam em nossas análises das vivências humanas no espaço e no tempo.

Dentre os trabalhos que compreendem os “mestiços” como agentes históricos do contexto em que viveram, citamos Gruzinski (2001), Silva (2003), Cotta (2010), Macedo (2013) e, dentre outros, Paiva (2012). Esses autores problematizam que a organização social da América Portuguesa é bem mais complexa e dinâmica que a imagem construída e disseminada pelas produções do IHGB.

Nesse sentido, Conforme Gruzinski (2001),

As mestiçagens desencadeadas pela conquista do Novo Mundo parecem indissociáveis de dois outros fenômenos maiores na América do século XVI: de um lado, o que costuma chamar ‘o choque da Conquista’, e, de outro, o que chamei de ocidentalização, essa empreitada multiforme que levou a Europa ocidental, no rastro de Castela, a fazer a conquista das almas, dos corpos e dos territórios do Novo Mundo. (GRUZINSKI, 2001, p.63).

A julgar pela citação acima, Gruzinski compreende a mestiçagem como produto de um processo amplo e complexo, como a conquista das terras da América e do seu processo de ocidentalização. Ocidentalização, segundo o mesmo, refere-se a um conjunto de empreendimentos e estratégias que foram utilizadas no decurso do século XV pela Igreja Católica e pelo Estado português no sentido de transportar, para o Novo Mundo, um conjunto de instituições e saberes do Velho Mundo, transformando os corpos e almas das pessoas do outro lado do Atlântico. Entretanto, esse processo, conforme este autor, não foi apenas destrutivo, uma vez que resultou

em mestiçagens, isto é, africanos, nativos e europeus tiveram suas vidas e seus universos culturais cruzados, resultando em misturas.

Na esteira, portanto, do que discute o autor, mestiçagens podem ser compreendidas como as misturas dos seres humanos e dos seus imaginários, ocorridas no século XV em decorrência da ocidentalização das terras da América Portuguesa. Nessa perspectiva, é evidente que o autor define as mestiçagens como sendo um processo biológico e cultural, onde pessoas de diferentes qualidades e condições tiveram seus corpos, crenças e formas de pensar cruzados. Conforme o mesmo, as mestiçagens, “[...] o nascimento e a multiplicação de indivíduos mestiços é um fato” no cenário colonial da América Portuguesa. (GRUZINSKI, 2001, p. 43). Entretanto, a existência de sujeitos “mestiços”, para o mesmo, não implica na forma de vidas misturadas, imbricadas, onde diferentes sujeitos convivem. As mesclas não resultam em formas de vidas harmônicas, um elemento não está, necessariamente, associado ao anterior, fato que nos remete as hierarquias do contexto colonial e sobre as quais discutiremos posteriormente.

Em diálogo com o historiador citado, Eduardo Paiva⁹ (2012) definiu as mesclas ocorridas tanto na América Portuguesa quanto na Espanhola como dinâmicas de mestiçagens. Para o mesmo, esse conceito, utilizado para compreender a sociedade “mestiça” engendrada devido à ocidentalização das Américas é pertinente por revelar o caráter dinâmico desse processo, que envolveu pessoas das quatro partes do mundo conhecido (Europa, América, África e Ásia).

Segundo o mesmo, o mundo do trabalho e as dinâmicas de mestiçagens eram processos que estavam imbricados, uma vez que o trabalho propiciava o encontro de pessoas de diferentes qualidades e condições e, conseqüentemente, a troca de léxicos,

⁹ Gruzinski (2001) e Paiva (2012) realizam estudos comparativos entre a América Espanhola e a América Portuguesa acerca da temática das mestiçagens. Os estudos dos mesmos, por meio de um diálogo com a História Cultural evidenciam o caráter dinâmico do cenário colonial e das relações estabelecidas nesse contexto entre sujeitos de diferentes qualidades e condições.

conhecimentos e crenças (PAIVA, 2012).¹⁰ Para este, a sociedade “mestiça” que se formou nas Américas não era homogênea, uma vez que aglutinava sujeitos de diferentes qualidades e condições, como pardos, mulatos, cabras e, dentre outros, mamelucos. Cada sujeito “mestiço” se inseria na sociedade colonial em consonância com a sua qualidade. Nesse sentido, Macedo (2013) contatou em sua tese de doutorado, que nos sertões da Capitania do Rio Grande os pardos conseguiram estabelecer relações com pessoas de qualidade branca e ascenderem socialmente em detrimento de outros “mestiços”.

Nesse estudo, também constatamos que eram os pardos dos sertões da Capitania do Rio Grande que, geralmente, conseguiam se inserir na burocracia colonial e solicitar sesmarias. Ou seja, como afirmou Paiva (2012), as populações “mestiças” não eram homogêneas, existiam diferentes tipos de sujeitos mesclados e cada um, em consonância com sua a qualidade e as estratégias utilizadas, podia conseguir uma maior inserção na dinâmica social da época. Nessa perspectiva, a posse de cabedal, a relação com pessoas da elite colonial e a tentativa de aproximação com o universo cultural das pessoas de qualidade branca, bem como a posse de terras ou o desempenho de alguma ação em favor da Metrópole são elementos estratégicos para os sujeitos “mestiços” tornarem-se “homens bons” e conseguirem fazer parte da dinâmica econômica da época.

Por fim, Paiva (2012) enxergou os sujeitos “mestiços” como agentes do cenário histórico em que viveram. Conforme o mesmo, no início da colonização, europeus e membros da elite nativa trabalharam de forma conjunta na constituição da sociedade colonial da época. Sendo assim, as estratégias utilizadas pelos europeus para colonizarem o espaço conquistado, somadas ao mundo do trabalho

¹⁰ Caminhando na mesma direção, Roberto Guedes afirmou que o mundo do trabalho dava possibilidades, também, a “mestiços” e africanos de conseguir acúmulo de pecúlio, que poderia gerar o alcance de mobilidade social (GUEDES, 2008). Contudo, para este autor, essa passagem de uma condição social a outra era um processo lento, geracional e que envolvia um conjunto de estratégias como o estabelecimento de redes de apadrinhamento e negociações com a elite.

possibilitaram que as mestiçagens acontecessem e que os sujeitos “mestiços” participassem da constituição das territorialidades coloniais. Nessa perspectiva,

As mestiçagens ibero-americanas e o universo mestiço, biológica e culturalmente, foram expressão dessa história construída coletivamente, ainda que os grupos sociais não tivessem os mesmos poderes e as mesmas oportunidades de exercê-los. (PAIVA, 2012, p. 242.).

No que concerne aos trabalhos de Cotta (2002; 2010), por exemplo, estes evidenciam que “mestiços” e negros conseguiram se inserir na burocracia colonial e ocupar cargos administrativos. Este autor, em seu estudo intitulado *Negros e Mestiços nas Milícias da América Portuguesa* examinou a existência de milícias negras e mestiças no cenário colonial da Capitania de Minas Gerais. Salientou que, a existência de milícias de africanos, crioulos e “mestiços”, na verdade, “faz parte de uma longa tradição do Império Ultramarino Português que pode ser identificado logo nos primeiros anos de expansão marítima” (COTTA, 2010, p.17). Para o historiador citado, a inserção de negros e “mestiços” na administração militar era estratégica, resultando na conquista de certa mobilidade social e em alguns casos na conquista da tão sonhada liberdade. Para o autor,

Alguns militares negros e mestiços se inseriram na sociedade escravista, conquistando relativa mobilidade social por intermédio das promoções e de outras vantagens inerentes aos cargos que exerciam. Por outro lado, não se pode desprezar o fato de que alguns negros ao se alistarem nos corpos militares estariam desenvolvendo estratégias de resistência à escravidão, pois viam neles a possibilidade de adquirirem a liberdade. (COTTA, 2010, p.89).

Silva (2003), semelhante este examinou a existência de milícias de “mestiços” e negros na Capitania de Pernambuco. Conforme esta autora, a participação desses grupos sociais na administração militar atribuída aos mesmos prestígio e a possibilidade de ascenderem socialmente por meio de suas patentes. A mesma constatou, também, a existência de pardos nas Tropas Regulares, ou seja, nas tropas pagas e que

teoricamente deveriam aceitar apenas pessoas de qualidade¹¹ branca. Entretanto, segundo a autora, a inserção de pardos nas Tropas Regulares implicava em um processo de invisibilização da qualidade dos mesmos, visto que esses ao se alistarem nesse corpo militar passavam a ser registrados oficialmente como brancos.

Quanto aos estudos de Macedo (2013), os mesmos são referentes aos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso dos séculos XVIII e XIX. O historiador citado se distanciou da historiografia legada pelo IHGRN e problematizou a existência de genealogias “mestiças” no espaço em questão. Até a publicação da tese *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*.¹², os estudos genealógicos existentes sobre os sertões da Capitania do Rio Grande eram aqueles produzidos por membros do IHGRN sobre genealogias de lusitanos e seus descendentes, já citados nesse texto. Nessa perspectiva, o autor citado foi o precursor no estudo de populações “mestiças” no espaço em questão e pela pertinência de suas discussões, é leitura essencial para quem deseja estudar essa temática atualmente.

Paiva (2012), assim como os demais autores citados¹³, enxergou os “mestiços”, bem como os africanos e seus descendentes, como agentes do contexto histórico em que viveram e destacou suas estratégias de inserção social, como o mundo do trabalho que possibilitava o acúmulo de cabedal. Nesse sentido, partindo das discussões apresentadas até o momento acerca da temática das mestiçagens, pretendemos com

¹¹ Conforme Paiva, o conceito de qualidade é amplo e complexo. Segundo o mesmo, esse termo foi empregado no Ultramar para classificar e hierarquizar os habitantes da colônia conforme suas características físicas e sociais, como o fenótipo\origem, crenças religiosas e ofícios desempenhados nesse espaço. Nesse sentido, era tido como “homem bom” aquele que fosse de qualidade branca, adepto da religião católica e não exercesse atividades que exigissem trabalho braçal, que na época era tido como um “defeito mecânico”. Os sujeitos que não possuíssem essas qualidades, mas que em detrimento fossem “mestiços”, “africanos”, de condição escrava, judeu ou mouro não era tido como um “homem bom”, de prestígio. Em linhas gerais, todo habitante da colônia possuía qualidades, contudo existiam as qualidades que eram tidas como as desejáveis, as que deveriam ser alcançadas e que possibilitaria sua inserção na dinâmica social da época. (PAIVA, 2012).

¹² Ver Macedo (2013).

¹³ Estamos nos referindo aos estudos de GRUZINSKI, 2001; SILVA, 2003; COTTA, 2010 e MACEDO, 2013.

esse texto, em consonância com a historiografia citada, demonstrar que apesar das hierarquias sociais existentes no contexto colonial, os “mestiços” conseguiram se inserir na sociedade da época de diferentes formas, acumulando cabedal, conquistando patentes, ocupando posições na administração judicial e solicitando sesmarias à Coroa portuguesa.

Partindo do que foi enunciado, o objetivo deste artigo é o de discutir a presença de “mestiços” na administração colonial dos sertões da Capitania do Rio Grande, no decurso dos séculos XVIII e XIX, tomando como fio condutor a família Soares de Oliveira. As fontes utilizadas para a composição do trabalho foram: registros de paróquia relativos à Freguesia do Seridó (batismos, de 1803 a 1818; matrimônios, de 1788 a 1821; óbitos, de 1788 a 1838), cuja cópia digital encontra-se custodiada no Laboratório de Documentação Histórica (Labordoc) do CERES-UFRN; inventários *post-mortem* (1737 a 1826), do Fundo da Comarca de Caicó, custodiados pelo Labordoc; requerimentos de concessão de sesmaria das Capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte, publicadas de forma impressa (TAVARES, 1989; MEDEIROS FILHO, 2002). Metodologicamente, partimos de uma análise quantitativa e qualitativa da documentação citada e dos pressupostos do método onomástico de Carlo Ginzburg (1989)¹⁴.

O artigo está dividido em duas seções, que a partir da análise da família Soares de Oliveira problematizam as estratégias utilizadas pelos “mestiços” para se inserirem na dinâmica sócio-histórica do cenário colonial em que viveram. Nesse sentido, inicialmente reconstruímos a presença da família Soares de Oliveira nos sertões da

¹⁴ Ginzburg (1989), no capítulo quatro de sua obra intitulada *A micro-história e outros ensaios* discutiu o uso do nome enquanto um recurso metodológico na pesquisa histórica. Segundo este historiador, o nome é o que existe de mais singular em uma pessoa e por isso pode ser utilizado como fio condutor de uma pesquisa histórica. Conforme o mesmo, o pesquisador pode utilizar o nome em diferentes *corpus* documentais e, por meio de um cruzamento de fontes, reconstituir a trajetória de vida de um indivíduo. Evidentemente que, outros elementos, além do nome, como o local de moradia, a idade e a qualidade do sujeito em estudo devem ser considerados em uma pesquisa que tenha um caráter micro e o nome como ponto inicial de análise. Assim, consideramos esse conjunto de informações ao examinarmos a família Soares de Oliveira e ao reconstruirmos sua genealogia.

Capitania do Rio Grande para, logo em seguida, discutirmos a construção da genealogia dessa mesma parentela, as qualidades de pardos atribuídas a seus descendentes e sua inserção na administração colonial do espaço em análise. Por fim, esboçaremos nossas considerações finais.

Os Soares de Oliveira nos sertões da capitania do Rio Grande

O primeiro contato que tivemos com a família Soares de Oliveira foi através de uma transcrição do inventário *post-mortem* de Martinho Soares de Oliveira, feita por Olavo de Medeiros Filho em 1993. Nesse processo, Martinho Soares, falecido em 1798, foi definido como sendo filho de Rosa Maria, natural de Angola, e João Batista de Oliveira, natural do Alentejo. A identificação da origem dos pais de Martinho Soares nos deixou intrigados. O termo “natural de Angola” e “natural do Alentejo” provocou uma série de questionamentos acerca dos seus significados. Passamos a querer entender se o fato de Rosa Maria ser qualificada como natural de Angola significava dizer que a mesma era natural da África e residia em Portugal, onde conheceu o pai de Martinho Soares, ou se significava, apenas, que a mesma era descendente de africanos e já residia em Portugal quando teve sua vida cruzada com o seu futuro esposo.

Quanto a João Batista, desejávamos compreender o que teria motivado a vinda do mesmo para a América Portuguesa. Se teria sido, por exemplo, o desejo de ascender socialmente, de receber mercês e títulos da Coroa e, assim, alcançar prestígio na sociedade da época. Queríamos, portanto, entender o espaço que João Batista e sua família ocupavam na dinâmica socioeconômica lusitana e o que passaram a ocupar nas terras americanas. Esses questionamentos, a princípio, atuaram como fios condutores de nossa investigação nos arquivos do Labordoc acerca da família “mestiça” Soares de Oliveira.

Nesse sentido, a pesquisa que realizamos em fontes judiciais, paroquiais e administrativas¹⁵ nos possibilitou reconstituir a genealogia de Martinho Soares e tecer considerações acerca de seu modo de vida. Contudo, até o momento não conseguimos precisar informações sobre seus pais e a vinda dos mesmos para a América e o próprio encontro de João Batista e Rosa Maria. As fontes que tivemos acesso nos conduziram aos descendentes do casal citado, mas, até o momento, não nos possibilitou responder aos nossos questionamentos iniciais. Todavia, nos permitiu tecer hipóteses acerca do local de moradia de João Batista e sua esposa. Com base nas informações presentes no inventário de Martinho Soares, acreditamos que João Batista e Rosa Maria ao chegarem à América Portuguesa se instalaram na Capitania de Pernambuco, uma vez que seu filho foi definido nessa fonte como sendo natural da Freguesia de Goiana, localizada na Capitania de Pernambuco. Não sabemos se João Batista e Rosa Maria tiveram outros filhos além de Martinho Soares e nem os ofícios que desempenhavam para sobreviver, contudo conseguimos tecer conjecturas acerca do modo de vida de seu filho Martinho Soares.

Este último foi casado com Vicência Alves Ferreira. Esse, provavelmente, conheceu sua esposa na Capitania de Pernambuco, uma vez que a mesma e sua mãe, Luzia dos Santos, foram definidas em seu inventário como sendo naturais, também, da Freguesia de Goiana. Quanto ao pai de Vicência Ferreira, Antônio Alves Ferreira foi qualificado como natural de Olinda, ou seja, também residiu na Capitania de Pernambuco. Essas informações que conseguimos obter sobre Martinho Soares e sobre a naturalidade dos seus pais, bem como de sua esposa e de seus familiares, em seu inventário *post-mortem*, na verdade, provocaram mais dúvidas que respostas, visto

¹⁵ A reconstituição da genealogia de Martinho Soares se deu por meio do cruzamento de fontes paroquiais com judiciais. Essa documentação está organizada em bancos de dados construídos no software Microsoft Access. Salientamos que, tivemos os nomes de Martinho Soares e Vicência Ferreira como fios condutores da pesquisa nas fontes paroquiais, conforme as orientações do método onomástico problematizado por Ginzburg (1989).

que outra interrogação que passamos a fazer foi com relação à vinda de Martinho Soares e de sua esposa para os sertões da Capitania do Rio Grande.

No intento de compreender a vinda de Martinho Soares para a Capitania do Rio Grande, examinando seu inventário, percebemos que o mesmo havia comprado dois sítios de terras nesse espaço. Nesse sentido, passamos a nos questionar se não teria sido a compra dessas terras a causa de sua migração para o espaço em questão. Acreditamos que essa é uma hipótese pertinente, uma vez que, conforme Macêdo (2000), a ocupação dos sertões da Capitania do Rio Grande se deu por meio de migrações vindas, principalmente, das Capitanias de Pernambuco e Paraíba. Segundo esse historiador, os sertões foram espaços atrativos para aqueles que tinham pouco cabedal e desejavam se dedicar à pecuária, uma vez que não era um cenário propício à plantação de cana, por se tratar de uma região delimitada pelas constantes estiagens. Conforme o mesmo, a pecuária era uma atividade que possibilitava mobilidade em momentos de seca, visto que o gado transportava-se a si próprio. Além disso, não era uma atividade que exigia grandes investimentos, diferentemente da plantação de cana-de-açúcar que implicava na edificação de um engenho e na posse de muitos escravos.

Nessa perspectiva, acreditamos que a vinda de Martinho Soares e de seus familiares para os sertões da Capitania do Rio Grande pode ter sido impulsionada pela compra de terras nesse espaço e pela possibilidade do mesmo desenvolver nas mesmas a atividade pecuarista e tornar-se, assim, um pequeno fazendeiro. Construimos essa hipótese com base em seu inventário *post-mortem*, onde as terras compradas foram classificadas como sendo “terras de criar gados.” Não tivemos acesso ao registro de compra dessas terras e por isso não podemos precisar quando Martinho Soares, de fato, chegou aos sertões.

As primeiras informações que temos sobre Martinho Soares datam de 1798, período em que foram inventariados seus bens em decorrência de sua morte. Dessa forma, sabemos apenas que as mesmas foram compradas por ele ao Padre Antônio

de Souza Espíndola e definidas na época como Barbosa e Riacho dos Cavalos¹⁶, informações que constam em seu inventário.

Apesar das terras de Martinho Soares terem sido definidas, em seu inventário, como “terras de criar gados” e de acreditarmos que foi a compra das mesmas e o desenvolvimento da pecuária a provável causa da sua vinda para os sertões, no ano de sua morte, 1798, o mesmo não possuía mais gados entre os seus bens inventariados. Entretanto, sabemos que ele tinha gados anteriormente ao ano de 1798, porque o mesmo deu em dote pra os seus genros Manuel Nunes de Azevedo, Gabriel Francisco da Costa, Manuel Antônio Valadares, Francisco Gomes de Souza e João Serafim bens em gado, escravos e terras. Para Gabriel Francisco da Costa, por exemplo, Martinho Soares deu 20 cabeças de gado vacum (30\$000), quatro poldras (12\$800) e dois poldros (8\$000). Deu, também, uma escrava (60\$000) e parte do sítio de terras do Barbosa (100\$000). Nesse sentido, entendemos que uma justificativa provável para a inexistência de gados em 1798, possivelmente, foram os efeitos ainda da *Grande Seca* ocorrida nos sertões entre os anos de 1791 a 1793 (GUERRA; GUERRA, 2010). Essa seca deve ter ocasionado a morte e a venda das cabeças de gado que Martinho Soares possuía, reduzindo, assim, de forma significativa seu cabedal.

Para uma melhor compreensão do nosso leitor em relação ao patrimônio de Martinho Soares no ano de 1798 organizamos, na tabela abaixo, as informações que obtivemos em seu inventário:

¹⁶ Conforme Medeiros Filho (2002), tanto o Barbosa quanto o Riacho dos Cavalos correspondem a terras que se localizam, atualmente, no município de Caicó, pertencente à Região do Seridó.

Tabela 1 – Descrição dos bens de Martinho Soares de Oliveira

Títulos	Bens	Valor
Dinheiro	-	Nada
Metais (ouro, prata, latão, estanho)	-	Nada
Cobre	Um tacho e uma bacia.	4\$000
Ferro	Uma foice e um machado.	\$320
Bens Móveis	Uma caixa, um estrado, duas mesas, um caixão de despejo, um Oratório, duas imagens (uma do Santo Cristo e outra de São Gonçalo), um carro, duas cangas, ferros de carapina e duas selas.	39\$880
Escravos	Duas escravas (Sebastiana e Tereza) e um escravo (Caetano)	150\$000
Gados	-	Nada
Terras	Dois sítios de Terras: Barbosa e Riacho dos Cavalos.	1200\$000
Casas	Duas casas térreas.	75\$000
Soma total dos bens		1:469\$200
Dívidas	-	347\$620
Líquido	-	1:302\$000

Fonte: Elaboração da autora com base no inventário *post-mortem* de Martinho Soares, 1798 (Acervo do Labordoc)

Conforme Macêdo (2007), no espaço em análise, de 1737 a 1813, o cabedal da maioria das famílias (69%) não passava de 1:000\$000. As demais famílias (31%) possuíam um cabedal mais reduzido ainda, no valor de 500\$000 ou abaixo deste. Desse modo, apesar de Martinho Soares não possuir mais gado em 1798 e de já ter se desfeito de outros bens devido os dotes ofertados a suas filhas, o mesmo ainda possuía um patrimônio significativo.

Dentre os bens existentes no cabedal de Martinho Soares, consideramos a posse de escravos um aspecto pertinente, visto que esse elemento evidencia que o mesmo não buscou romper com a ordem escravista da época, mas, sim, fazer e se sentir parte da dinâmica social e econômica da colônia. Em outras genealogias de famílias “mestiças” que já examinamos anteriormente (ARAÚJO, 2014), a exemplo dos Taveira da Conceição, também notamos a posse de escravos. No caso da família Taveira da Conceição, a terceira esposa do patriarca dessa genealogia, Catarina Maria

de Jesus, mulata, havia sido escrava de seu esposo, Francisco Taveira, pardo, e ao ser alforriada pelo mesmo passou a ser proprietária de escravos. Nesse sentido, é evidente que a posse de escravos na sociedade colonial era um indicativo da inserção socioeconômica dos sujeitos em cenários mais privilegiados. Para os sertões da Capitania do Rio Grande, conforme Macêdo (2007), a posse de escravos, bem como de terras e gados constituía uma tríade dos principais e mais valiosos bens das famílias desse espaço. Portanto, quem tivesse escravos, terras e gados possuía cabedal material que se convertia, também, em cabedal social.

Consideramos relevante, ainda, dentre os bens inventariados por Martinho Soares, a posse de imagens de santos católicos, uma vez que acreditamos que a proximidade com a religião pode ter sido, também, uma estratégia dos habitantes da colônia para se inserirem na sociedade da época. Nesse sentido, conforme Cotta (2010), “mestiços” e negros, para ingressarem nos meandros da burocracia colonial, adotavam uma série de estratégias que “variavam desde a inserção em redes de apadrinhamento e clientela até a adoção de valores tidos como ideais pela sociedade católica portuguesa, tais como o casamento e a constituição de uma família.” (COTTA, 2010, p.110). Assim, compreendemos que a posse de imagens de santos pode ser considerada como um desses “valores ideais” da época, assim como a posse de escravos e a constituição de famílias, como afirmou Cotta (2010).

Esses valores cristãos, bem como os econômicos, eram caminhos estratégicos para que pessoas de outras qualidades que não a de “branco” se inserissem na sociedade da época, sem romperem com a ordem social já estabelecida. É evidente que os caminhos estratégicos não desagradariam às autoridades da época e às elites constituídas pelos assim chamados brancos. Assim, essas escolhas também podem ser entendidas como formas de resistência dos colonos para conquistarem um espaço de atuação e se sentirem parte do cenário histórico em que viviam. Mas que se sentirem parte, era uma forma dos mesmos participarem da constituição desses espaços e atuarem como agentes históricos dos mesmos.

Considerações sobre a genealogia dos Soares de Oliveira¹⁷

Martinho Soares e Vicência Ferreira tiveram uma genealogia extensa. Conforme o cruzamento de fonte paroquiais e judiciais que realizamos, o casal teve 12 filhos, 19 netos e 30 bisnetos.¹⁸ Desses, entre filhos, netos e bisnetos, 36 foram definidos, nos documentos de época, como pardos, 7 como brancos e 18 não tiveram suas qualidades identificadas. Dessa forma, é evidente que os descendentes do sujeito em análise foram majoritariamente classificados, nos registros paroquiais, como produtos das dinâmicas de mestiçagem. A julgar pelas qualidades atribuídas à primeira geração do casal, e considerando a ascendência materna de Martinho Soares, podemos sustentar a hipótese de que o mesmo fosse pardo, a qual seguiremos para as finalidades deste artigo.

No que concerne aos membros da família de Martinho Soares que foram qualificados como brancos, constatamos que esse evento ocorreu apenas na segunda e terceira geração, onde 1 neta e 6 bisnetos do mesmo foram classificados dessa maneira. E, dentre esses, um caso em específico nos chamou a atenção, que foi o de Alexandrina, bisneta de Martinho Soares e de Vicência Ferreira. Alexandrina, filha de Francisca Maria da Conceição e José Joaquim de Santa Ana, foi qualificada como branca em seu registro de batismo ocorrido em 1822.¹⁹ Contudo, os seus pais, assim como os seus 5 irmãos²⁰, foram identificados como pardos nas fontes paroquiais.

¹⁷ No Apêndice A sistematizamos os membros dessa família em um Geneograma, para melhor entendimento.

¹⁸ Genealogias extensas para o período em análise não eram comuns. Segundo Macêdo (2007), o núcleo familiar para os sertões da Capitania do Rio Grande não fugia à média de 5 filhos por casal. Segundo o autor, uma explicação para existência de núcleos familiares amplos é a posse de cabedal, que possibilitava condições de vida adequadas para a prole numerosa. Asseveração que se aplica à genealogia de Martinho Soares. A família “mestiça” em análise, além de cabedal resultante da prática pecuarista, da posse de escravos e terras, estava inserida nos meandros da burocracia colonial e mantinha relações com pessoas de diferentes qualidades.

¹⁹ PSC. CPSJ. Livro de Batismo n° 2, FGSSAS, 1814-1818. p. 1459.

²⁰ Na verdade, José Joaquim e sua esposa tiveram 7 filhos: Alexandrina (branca), Ana (parda), Joaquim (pardo), André (pardo), José (pardo), Severina (parda) e Inácia. Entretanto, desconhecemos a

Dessa forma, a qualificação de Alexandrina nos deixou intrigados, uma vez que, no seu registro de batismo, percebemos que o seu pai foi considerado como natural da Europa, em detrimento aos demais ritos cristãos dos quais participou, onde foi considerado como sendo natural da Capitania do Rio Grande, mais especificamente da Freguesia do Seridó.

No registro de batismo de Alexandrina, José Joaquim teve, também, o seu sobrenome modificado. Nessa ocasião o mesmo se apropriou do sobrenome do pai de sua esposa, “Soares de Oliveira”, aspecto que não se repetiu quando contraiu núpcias em 1808 com Francisca Maria²¹ e nem no batismo dos seus demais filhos. Assim, acreditamos que José Joaquim fez uso do sobrenome de seu sogro em razão do mesmo ser descendente de um lusitano, visto que, como já elucidamos, o pai de Martinho Soares era natural do Alentejo. Essa seria uma explicação para que sua filha fosse definida como branca, diferentemente de seus irmãos. Assim, ao chegarmos a essa hipótese com relação à qualificação de Alexandrina, tentamos entender o porquê de seu pai omitir a sua naturalidade e mesmo sua qualidade de pardo.

Nesse sentido, compreendemos que uma justificativa para esse “embranquecimento” de Alexandrina, bem como o fato de José Joaquim assumir uma naturalidade europeia em 1822, representa o desejo desse pardo de aproximação com o universo cultural dos brancos. José Joaquim, com alguma probabilidade, estrategicamente, tentou se distanciar do seu passado pardo e dar visibilidade aos valores tidos como ideais na cultura da época, como o fato de ser branco de origem europeia ou descendente de um europeu. Ser branco no cenário colonial, mesmo que apenas oficialmente, facilitava a inserção na dinâmica social da época. Cotta (2010), por exemplo, como já elucidamos, afirmou que “mestiços” e negros fizeram uso de diferentes estratégias para se inserirem nos corpos militares do período em análise,

qualidade de Inácia devido seu registro de batismo estar ilegível e, por isso, não a incluímos na quantificação realizada no texto acerca das qualidades de seus pais e seus irmãos.

²¹ PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788-1809. p. 508.

aderindo a valores da cultura europeia, tidos como “ideais” no período. Assim, José Joaquim pode ter invisibilizado sua qualidade para vencer as imposições e hierarquias sociais da época, que distinguiam e estigmatizavam aquele que não fosse tido como um “homem bom”. E, ser “homem bom” nesse contexto, implicava em ser branco, livre, cristão e de posse de cabedal.

Nesse sentido, Silva (2003), afirmou que na Capitania de Pernambuco houve um processo de “embranquecimento” da qualidade de “mestiços” para que esses ocupassem cargos públicos. Segundo a mesma, muitos “mestiços”, ansiosos para conseguirem prestígio e se inserirem na dinâmica social da época se aproximavam das pessoas brancas e se distanciavam de outros “mestiços”. As hierarquias do contexto colonial, que dividiam homens e mulheres conforme suas qualidades e condições, implicavam no desenvolvimento de resistências e estratégias para que aqueles que não fossem tidos como “homens bons” conseguissem um espaço de atuação na sociedade da época.

Voltando à genealogia dos Soares de Oliveira, consideramos pertinente ressaltar que seria impossível, nesse artigo, examinar minuciosamente cada membro dessa família, uma vez que os filhos de Martinho Soares constituíram núcleos familiares numerosos, mantiveram relações com pessoas de diferentes qualidades e condições, foram autores de histórias de vida própria e que evidentemente estão associadas à história de seus pais, mas, que ultrapassam os limites da mesma. Dessa forma, teceremos ao longo desse texto, apenas, considerações acerca das trajetórias de vida de alguns membros da família Soares de Oliveira, daqueles que consideramos pertinentes e significativos para a proposta deste estudo.

Nesse sentido, um pardo dessa família que nos chamou a atenção foi Martinho Soares de Oliveira, homônimo de seu pai. Martinho Soares não seguiu os passos de seu pai, que lidou com a criação de gado. O mesmo trilhou outros caminhos para tecer sua história de vida, caminhos que, conforme as fontes que compulsamos para compor este estudo, não envolviam o trabalho com terras, gados ou escravos, mas

sim papeis e escritas. Martinho Soares exerceu o ofício de escrivão de alcaide. Deparamo-nos com o mesmo no inventário *post-mortem* de Margarida Cardoso, realizado em 1826.²² Nessa ocasião, o pardo citado tinha 48 anos de idade e figurava como testemunha na justificação de uma dívida de Margarida Cardoso. O mesmo foi definido nesse documento como sendo vivente de seu ofício de escrivão de alcaide.

Afirmar que Martinho Soares exercia o ofício de escrivão significa dizer que o mesmo estava inserido na administração colonial dos sertões setecentistas da Capitania do Rio Grande. Conforme Gouvêa e Bicalho (2010), no contexto em análise, um elemento comum da burocracia colonial de toda a América portuguesa era exatamente a preocupação com a qualidade dos indivíduos que ocupavam cargos públicos nesse espaço. Nesse sentido, segundo as historiadoras citadas, existia uma preocupação por parte dos representantes da Coroa na América portuguesa de que apenas “homens bons”, ou seja, aqueles que fossem de qualidade, sem defeito mecânico e portugueses ou descendentes de portugueses, ocupassem cargos administrativos. Essa apreensão dos representantes da Coroa na colônia com a qualidade dos sujeitos que ocupavam cargos civis nesse espaço resultava em restrições com relação aos indivíduos que podiam ou não desempenhar funções públicas nas possessões lusitanas no ultramar.

Nessa perspectiva, uma Carta Régia enviada à Capitania do Rio Grande materializa essa nossa assertiva (apud LYRA, 2003, p.182). Nessa Carta, a Coroa afirmou que não era mais necessário os serviços de mulatos, ou seja, “mestiços” nas instâncias administrativas desse espaço, vez que existiam “homens brancos” suficientes para ocupar os cargos civis desse território. Assim, esse documento tornou restrito o acesso de “mestiços” na administração colonial da Capitania do Rio Grande. Entretanto, ao mesmo tempo, que proibiu que “mestiços” se inserissem nesse espaço de atuação colonial, evidenciou que esses já haviam ocupado cargos nas esferas

²² Inventário de Margarida Cardoso. Inventariante: Joana Barreto. Sítio Barra de Baixo, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1826. (Manuscrito).

administrativas da capitania citada. Assim, a Carta Régia de 1732 demonstra que, apesar de ter sido um desejo da Metrópole de que apenas brancos, tidos como “homens bons” ocupassem cargos civis na Colônia, pessoas de outras qualidades conseguiram se inserir na burocracia colonial.

As causas da inserção de “mestiços” nos meandros da administração colonial são diversas. No caso da Câmara da Cidade de Natal, na Capitania do Rio Grande, conforme a Carta Régia citada acima, foi a falta de homens brancos para atuarem nesse espaço. Segundo Bicalho e Gouvêa (2010), as ações empreendidas por colonos em favor da Metrópole possibilitavam, também, que pessoas de outras qualidades ocupassem cargos administrativos e recebessem mercês e prestígio. Assim, é evidente que, apesar das restrições, pessoas de outras qualidades conseguiram ocupar cargos públicos nas diferentes instâncias da administração colonial, seja a militar, jurídica ou fazendária. Cotta (2010) e Silva (2003), por exemplo, como já tratamos, examinaram em seus estudos a presença de “mestiços” na administração militar das Capitanias de Minas Gerais e Pernambuco, respectivamente.

Para os sertões da Capitania do Rio Grande, também, já nos deparamos com “mestiços” que estavam inseridos tanto na administração militar quanto na jurídica. Além de Martinho Soares, até o momento, nas fontes que examinamos referentes ao espaço citado e ao século XVIII constatamos, em estudos anteriores, a existência de 13 “mestiços” que estavam inseridos na burocracia colonial ou que haviam solicitado terras à Coroa na forma de sesmaria. Foram eles: Antônio José Vitoriano, Manuel de Souza Forte, Manuel Esteves de Andrade, Antônio Lopes Cardoso, Francisco Taveira da Conceição, Pedro Taveira da Conceição, Francisco Pereira da Cruz, Nicolau Mendes da Silva, José Domingues da Silva, Vitoriano Carneiro da Silva, Feliciano da Rocha Júnior, José Pereira da Rocha, Serafim Francisco de Melo e Martinho Soares de Oliveira. Para uma melhor compreensão do lugar ocupado por esses “mestiços” na administração colonial e na dinâmica socioeconômica do espaço em análise,

organizamos no Quadro abaixo algumas das informações que conseguimos obter sobre os mesmos nas fontes paroquiais, judiciais e administrativas examinadas:

Quadro 1 – Dados qualitativos dos “mestiços” sesmeiros ou que estavam inseridos na administração colonial²³

Nome	Qualidade	Cargo e/ou patente	Sesmeiro
Martinho Soares de Oliveira (2º)	Pardo	Escrivão de alcaide	Não
Manuel de Souza Forte (2º)	Pardo	Juiz Ordinário e de Órfãos/Tenente-Coronel	Sim
Antônio Lopes Cardoso	Pardo	Alcaide	Não
Antônio José Vitoriano	Mulato	Alcaide	Não
Serafim Francisco de Melo	Pardo	Porteiro	Não
José Domingues da Silva	“Mestiço”	Tenente	Não
Manuel Esteves de Andrade	“Mestiço”	Sargento-mor	Sim
Vitoriano Carneiro da Silva	“Mestiço”	Tenente	Não
Feliciano da Rocha Júnior	Pardo	Soldado	Não
Nicolau Mendes da Silva	“Mestiço”	Sargento-mor	Não

²³ Com relação aos “mestiços” citados nessa tabela ver Araújo (2015). Entretanto, queremos fazer algumas considerações referentes aos alcaides Antônio Lopes e Antônio José pela pertinência de seus cargos para este estudo. Segundo Salgado (1985, p. 137), um dos requisitos para ocupar o cargo de alcaide era “ser homem bom e casado na cidade, vila ou lugar,” que, provavelmente, fosse desempenhar suas funções. Nesse sentido, conforme Paiva (2012), ser “homem bom” no contexto colonial era possuir qualidade, nesse caso, ser branco, possuir cabedal, não portar defeito mecânico e ser cristão. Assim, teoricamente os “mestiços” citados não deveriam ocupar o cargo de alcaide, função destinada a pessoas brancas. Desse modo, o que nos interessa com esse fato é reiterar o que já estamos afirmando ao longo desse texto: de que, apesar das exigências da Coroa, pessoas de outras qualidades se inseriram na burocracia colonial e, para tanto, fizeram uso de diferentes estratégias como a adoção da religião católica, posse de cabedal e, dentre outras, participaram de redes de apadrinhamento. Sendo assim, Antônio José e Antônio Lopes, possivelmente, fizeram uso de um desses caminhos estratégicos para ingressarem na administração colonial. Informações mais precisas sobre as trajetórias de vida desses “mestiços” e das estratégias adotadas pelos mesmos extrapolam os limites desse texto. Poderemos, no futuro, debruçarmo-nos sobre os mesmos.

Nome	Qualidade	Cargo e/ou patente	Sesmeiro
José Pereira da Rocha	Pardo	Soldado	Não
Francisco Taveira da Conceição	Pardo	-	Sim
Pedro Taveira da Conceição	Pardo	-	Sim
Francisco Pereira da Cruz	Pardo	-	Sim

Fonte: Elaboração com base em fontes sesmarias (Capitania do Rio Grande e Paraíba), judiciais (Comarca de Caicó e Acari) e paroquiais (Freguesia do Seridó). Foram considerados “mestiços” aqueles que têm ascendência ou descendência parda, embora, até o momento, não tenhamos encontrado documentação relativa aos próprios com a sua qualificação.

Os “mestiços” listados nesse quadro evidenciam claramente que, apesar das hierarquias existentes no contexto colonial, onde homens e mulheres em consonância com suas qualidades e condições eram incluídos ou não na dinâmica da época, pessoas que não fossem brancas conseguiam ocupar cargos administrativos e/ou solicitar sesmarias à Coroa. Não sabemos, ainda, o que possibilitou que “mestiços” ocupassem cargos administrativos nos sertões da Capitania do Rio Grande. Todavia, acreditamos que o fato da população “mestiça” do espaço em análise ter conseguido acumular cabedal por meio da pecuária, contribuiu para que a mesma conseguisse se inserir na burocracia colonial do período e alcançar, também, prestígio. Somado a esse elemento, entendemos que as estratégias utilizadas por essa população para aderir aos valores culturais da época, a exemplo, a fé católica e a constituição de famílias como salientou Cotta (2010), possibilitou tal inserção.

Retornando a Martinho Soares (2º), como afirmamos, o mesmo exercia o ofício de escrivão de alcaide. Esse ofício, bem como o de alcaide pertenciam à instância jurídica da administração colonial.²⁴ Conforme Salgado (1985, p.73.), “fazer

²⁴ A administração lusitana instaurada na América pode ser dividida em duas dimensões: a civil, representada pelo Estado português e a eclesiástica, representada pela Igreja Católica. No contexto colonial, essas dimensões da administração portuguesa estavam imbricadas e atuaram, de forma conjunta, no processo de ocidentalização do espaço conquistado pelos portugueses. Com relação à dimensão civil da administração colonial, é importante salientar que, a mesma não era homogênea e se dividia em três instâncias: a jurídica, a fazendária e a militar. (SALGADO, 1985).

cumprir a lei, evitar abusos e crimes, garantir a ‘tranquilidade social’” eram os propósitos do aparelho judicial no ultramar. Devido a isso, a instalação do mesmo em sua colônia americana sempre foi uma das principais preocupações da Coroa. Segundo a autora citada, na América portuguesa, a estrutura jurídica tinha por finalidade, também, o “controle” dos próprios funcionários administrativos associados à Justiça, para evitar que medidas que não beneficiassem a Metrópole, mas sim a colônia, não fossem aplicadas. Nesse sentido, entendemos que a preocupação da Coroa com a qualidade social dos indivíduos que ocupavam cargos administrativos na América se deu, também, pelo receio de que “mestiços” ou africanos, ao ocuparem postos importantes, pudessem se voltar contra a Coroa.

Entretanto, como salientamos, apesar de todas as restrições, pessoas de outras qualidades conseguiram se inserir na burocracia colonial. Um exemplo é o próprio Martinho Soares (2º). Com relação ao ofício de escrivão, uma das exigências, obviamente, era de que o ocupante do mesmo soubesse ler e escrever. No contexto colonial, a depender das necessidades econômicas e sociais das capitanias, existiram diferentes escrivães: da Câmara, da almotaçaria, do provedor-mor, e, dentre outros, de órfãos. Portanto, esse não era um ofício homogêneo e sofria alterações a depender do órgão a que estivesse associado. No caso de escrivão de alcaide, conforme Salgado (1985, p. 136.), o alcaide tinha por função “policiar dia e noite as cidades e vilas, que lhe coube vigiar, acompanhado por um tabelião indicado pelo Conselho.” Nesse sentido, acreditamos que o escrivão de alcaide, assim como o tabelião, deveria acompanhar o alcaide no desempenho de suas funções e registrar as medidas que fossem tomadas pelo mesmo.

No que concerne à trajetória de vida de Martinho Soares (2º), não conseguimos obter muitas informações nas fontes que compulsamos sobre o mesmo. Não sabemos, por exemplo, se o mesmo casou, se teve filhos ou se ocupou outros cargos administrativos nos sertões da Capitania do Rio Grande. Sabemos, apenas, que esse pardo viveu no espaço citado até o seu falecimento em 1829, quando tinha 50 anos

de idade, como consta em seu registro de óbito. Contraditoriamente, as informações que temos sobre a genealogia dos Soares de Oliveira são muitas e ultrapassam os limites desse trabalho. Nesse sentido, por fim, consideramos importante salientar, apenas, que outros membros dessa família, além de Martinho Soares (2º), conseguiram se inserir nos meandros da burocracia colonial, a exemplo de Manuel Nunes de Azevedo (alferes) e Antônio Guilherme de Carvalho (tenente), ambos genros do 1º Martinho Soares.

Além de se inserirem na administração colonial, os filhos e genros de Martinho Soares (1º) se dedicaram à atividade pecuarista, como é o caso de José Soares de Oliveira. Esse pardo seguiu os passos de seu pai e se tornou um pequeno fazendeiro, conforme informações que obtivemos no inventário de sua esposa, Francisca Maria.²⁵ Assim, no ano da morte de Francisca Maria, em 1803, José Soares listou, entre os bens que o casal possuía: 65 cabeças de gados (250\$000), 3 cavalos, 5 bestas e 3 poldras (105\$000) e, dentre outros bens, 1 sítio de terra na Capitania da Paraíba e partes das terras da Barbosa, herdada pelo falecimento de seu pai. Esses bens, típicos do cabedal das famílias que fizeram inventário no espaço em análise, nos levam à considerar a possibilidade de José Soares ter se dedicado, com afinco, à criação de gados.

É evidente, pois, a julgar pelos dados que analisamos que os Soares de Oliveira constituíram-se em uma longeva descendência, radicada nos sertões do Rio Grande do Norte, tendo participado como agentes históricos da construção dos espaços coloniais.

²⁵ Inventário de Francisca Maria do Rosário. Inventariante: José Soares de Oliveira. Sítio da Barbosa, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1803. (Manuscrito).

Considerações finais

Nosso trabalho, em diálogo com a historiografia citada, em especial os estudos de Silva (2003), Cotta (2010) e Macedo (2013), problematizou a inserção social e econômica de populações “mestiças” no cenário dos sertões da Capitania do Rio Grande entre os séculos XVIII e XIX. Em nosso texto, os “mestiços” foram vistos e definidos como sujeitos históricos do contexto em que viveram e não como meros coadjuvantes. Em função disso, buscamos, ao longo do nosso estudo, dar visibilidade às estratégias utilizadas pelos mesmos para ingressarem na administração colonial e na dinâmica socioeconômica da época.

Assim, por meio da análise da trajetória de vida de membros da família Soares de Oliveira, evidenciamos a existência de pardos ou pessoas ligadas a estes na administração militar e jurídica do espaço examinado. Constatamos, também, que pardos como Francisco Taveira solicitaram sesmarias à Coroa ou então adquiriram terras por meio da compra. Esse foi o caso de Martinho Soares, que comprou dois sítios de terra na Capitania do Rio Grande para se dedicar à pecuária.

Por fim, nosso estudo evidenciou que sujeitos “embranqueceram” oficialmente, aspecto que se deu, apenas, na segunda e terceira geração da família Soares de Oliveira. Nesse sentido, examinamos essa invisibilização da qualidade de pardos como uma estratégia utilizada por essa população para se aproximar dos denominados brancos e se sentir parte da sociedade colonial. Para inferirmos essa hipótese fizemos uso das discussões de Silva (2003), referentes a esse processo de “embranquecimento” que ocorreu na Capitania de Pernambuco, à qual estava ligada a do Rio Grande.

Referências

Fontes

Inventário de Martinho Soares de Oliveira. Inventariante: Vicência Ferreira. Sítio Barbosa, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1798. (Manuscrito).

Inventário de Francisca Maria do Rosário. Inventariante: José Soares de Oliveira. Sítio da Barbosa, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1803. (Manuscrito).

Inventário de Margarida Cardoso. Inventariante: Joana Barreto. Sítio Barra de Baixo, Termo da Vila Nova do Príncipe, Comarca da Paraíba e Capitania da Paraíba do Norte, 1826. (Manuscrito).

Paróquia de Sant'Ana de Caicó (PSC). Casa Paroquial São Joaquim (CPSJ). Livro de Batismo nº 1, Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó (FGSSAS), 1803-1806. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Batismo nº 2, FGSSAS, 1814-1822. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 1, FGSSAS, 1788-1809. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Matrimônio nº 2, FGSSAS, 1809-1821. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 1, FGSSAS, 1788-1811. (Manuscrito).

PSC. CPSJ. Livro de Óbito nº 2, FGSSAS, 1812-1838. (Manuscrito).

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maiara Silva. Terras de “mestiços” no Sertão da Capitania do Rio Grande no século XVIII. In: IV Colóquio de História Cultural e Sensibilidades, 2014, Caicó, *Anais...* Caicó: UFRN, 2014. p. 757-774.

BICALHO, Maria Fernanda; FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. (Orgs.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa* (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BORGES, Cláudia Cristina do Lago. *Cativos do Sertão: um estudo da escravidão no Seridó, Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em História). UNESP, 2000.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 76-96.

COSTA, Sinval. *Os Álvares do Seridó e suas ramificações*. Recife: ed. do autor, 1999.

COTTA, Francis Albert. Os terços de Homens pardos e pretos libertos: Mobilidade social via postos militares nas Minas do século XVIII. *Mneme - Revista de Humanidades*, Caicó, v. 3, n. 6. p. 71-95, out-nov. 2002.

COTTA, Francis Albert. *Negros e Mestiços nas milícias da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Crisálida, 2010.

DANTAS, José Adelino. *O coronel de milícias Caetano Dantas Correia – um inventário revelando um homem*. Natal: CERN, 1977.

DANTAS, José Adelino. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? *Tempo Universitário*. Natal: UFRN, v.2, n.1, p. 129-36, jan-jun.1979.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina. (orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto 2009. p. 93-115.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto Feliz, São Paulo, c. 1798-c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2008.

GUERRA, Phelipe; GUERRA, Theophilo. *Seccas contra a secca*. 4. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Um Rosado\Fundação Guimarães Duque, 2001.

GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In.: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Administração. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial* (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 17-20.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

KOSTER, Henry. *Viagens ao nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliana Eletrônica, 1942.

LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3.ed. Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Outras famílias do Seridó: genealogias mestiças no sertão do Rio Grande do Norte (séculos XVIII-XIX)*. Tese (Doutorado em História). UFPE, 2013.

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. *A penúltima versão do Seridó: uma história do regionalismo seridoense*. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. *Seridó*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhas famílias do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Velhos inventários do Seridó*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Cronologia Seridoense*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingr-Un Rosado, 2002 (Mossoroense, Série C, v.1268).

PAIVA, Eduardo França. *Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)*. Tese. (Concurso para Professor Titular em História de Brasil – Departamento de História). UFMG, 2012.

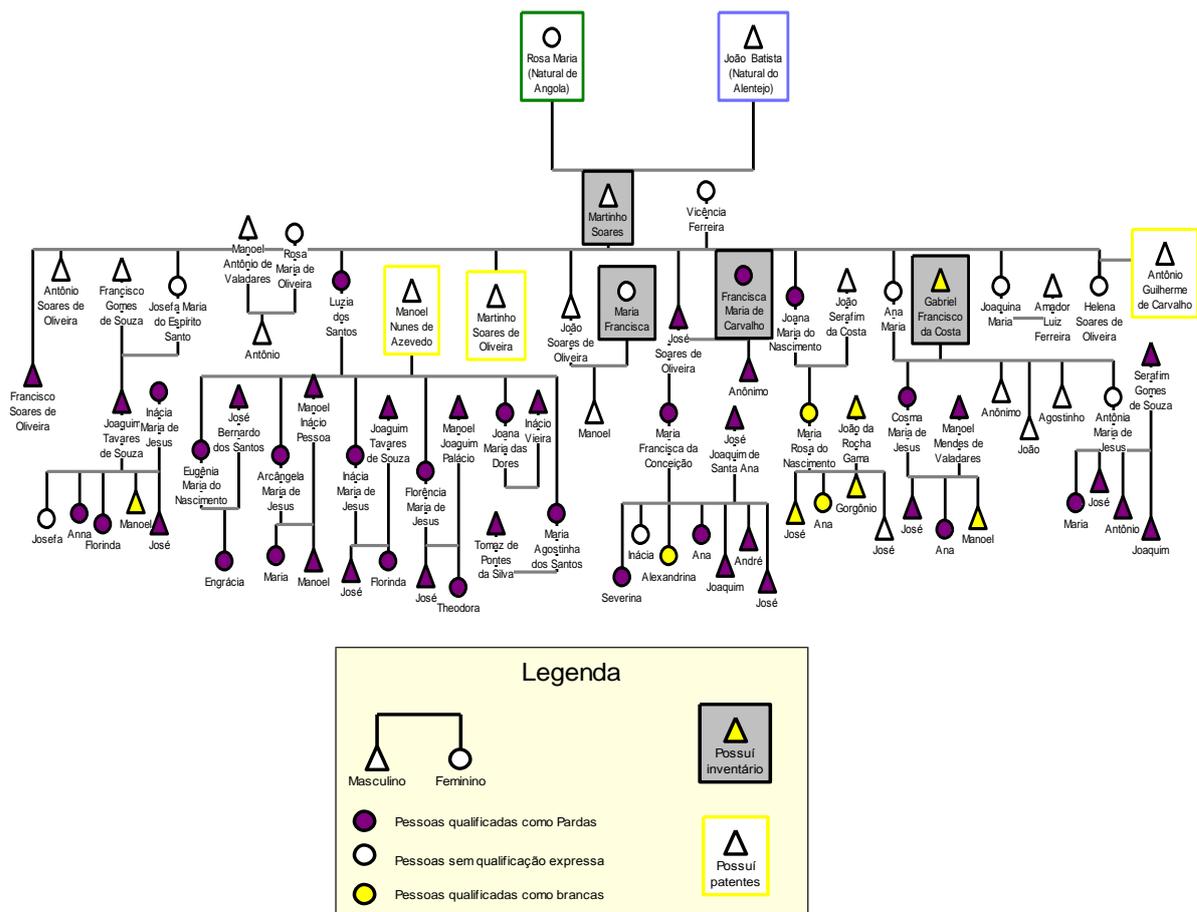
SALGADO, Graça, coord. *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras: Os Pobres do Açúcar na Conquista do Sertão de Pernambuco nos Séculos XVII e XVIII*. Tese. (Doutorado em História). UFPE, 2003.

TAVARES, João de Lyra. *Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba*. 2. ed. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989.

Apêndice A

Geneograma 1 – Genealogia Soares de Oliveira



Fonte: Elaboração dos autores com base nas fontes paroquiais e judiciais do espaço em análise. Diagramação feita com software GenoPro.